

## **PRESENÇA DO ACOMPANHANTE DURANTE O NASCIMENTO E OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE<sup>1</sup>**

### *THE PRESENCE OF THE COMPANION DURING THE BIRTH AND THE CHALLENGES OF HEALTH PROFESSIONALS*

**Paola Carvalho Fenner<sup>2</sup> e Cristina Saling Kruehl<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

No presente estudo objetivou-se averiguar o cumprimento da Lei nº 11.108 de 2005, conhecida como Lei do Acompanhante, em território nacional, com atenção especial às dificuldades enfrentadas pelas equipes de saúde com relação à implementação da referida lei. Para tanto, foi revisada a literatura publicada *online* entre os anos de 2010 e 2016, em artigos científicos completos, em língua portuguesa e com acesso livre, através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), com os descritores Parto *and* Acompanhante e Lei do Acompanhante, sendo analisados 36 artigos. A análise evidenciou o descumprimento da Lei do Acompanhante atribuída ao despreparo e desconhecimento dos acompanhantes sobre os seus direitos, a crença dos profissionais da saúde de que a população com baixa escolaridade e renda pode ser privada dos benefícios da lei, e a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com a humanização e assistência ao parto. Por fim, nota-se que há a necessidade dos profissionais de saúde em adequar-se às recomendações de humanização e assistência, indo ao encontro da concepção de que cada mulher/parturiente possui sua subjetividade e, com isso, é preciso abordá-la de modo particular e específico, correspondendo aos seus desejos na forma que irá parir seu filho.

**Palavras-chave:** lei do acompanhante, humanização do parto, psicologia.

#### **ABSTRACT**

*This study aimed to ascertain the compliance of the Law No. 11,108, from 2005, known as the 'Companion Law', in the national territory, with special attention to the problems faced by health staff regarding the implementation of this law. To that end, we reviewed the online literature published between the years 2010-2016, in scientific articles available, complete and in Portuguese, on the Virtual Health Library (VHL) journal, with the descriptors: Childbirth and the Escort, Companion law, analyzing 36 articles. The analysis of the failure of the Companion Law and attribute this condition to the unpreparedness and lack of knowledge of the companions of their rights; the belief that people with low education and income can be deprived of the benefits of the law; and the lack of preparation of health professionals to deal with humanitarian and childbirth assistance. Finally, It is noted that there is a need for health professionals to adapt to the recommendations of humanization and assistance, meeting the concept that each woman/parturient has her subjectivity, and with that, she must be addressed in a particular and specific way, corresponding to her wishes in the way that she will give birth.*

**Keywords:** Companion law, humanizing of childbirth, psychology.

---

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Acadêmica do curso de Psicologia - Centro Universitário Franciscano. E-mail: paolafenner@hotmail.com

<sup>3</sup> Orientadora. Docente do curso de Psicologia e do Mestrado Profissional Saúde Materno Infantil - Centro Universitário Franciscano. E-mail: cristinaskruehl@gmail.com

## INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas para a assistência materno-infantil surgiram no Brasil, nos anos de 1970, com a implementação do Programa de Saúde Materno-Infantil, que tinha como objetivo o acompanhamento do pré-natal e do puerpério, o controle dos partos domiciliares, assim como, ações de promoção de saúde da criança. Até a década de 1980, o Programa de Saúde Materno-Infantil objetivou atingir a melhoria da assistência pré-natal, negligenciando medidas importantes como a continuidade da assistência até a chegada do parto e a assistência hospitalar qualificada (COSTA et al., 2010).

Ao longo dos anos, as políticas públicas voltadas ao parto sofreram diversas mudanças. Essas mudanças ganharam ênfase no Brasil, nos anos 90, pois houve a percepção de que as políticas públicas existentes eram ineficazes e negligentes, não havendo um modelo de atenção e humanização adequado ao nascimento e parto. A partir do ano 2000, foi introduzida a Política Pública Federal à proposta de humanização da saúde, dando início ao processo de humanização na atenção aos nascimentos e partos (RATTNER, 2009). O Programa Humanização do Pré-Natal e Nascimento (PNHPN), foi adotado por meio da Portaria GM n° 569, de 1º/06/2000 com a prioridade de promover a melhoria do acesso da gestante à parturiente nas instituições de saúde, da cobertura e da qualidade do acompanhamento do pré-natal, a assistência ao parto e ao puerpério para mãe e para o filho. A principal estratégia do PNHPN é a assistência à gestante e ao recém-nascido com boa qualidade e respeito (SANTOS NETO et al., 2008).

Segundo Vendruscolo e Kruehl (2015), foi possível detectar que o acompanhante de convivência, escolha e confiança da mulher foi afastado do cenário do nascimento ao longo dos anos, ocorrendo também diversas substituições como o local, do seu ambiente domiciliar para o hospitalar e inserção de medicamentos e intervenções. Em 2005, com a instituição da Lei Federal nº. 11.108, passou a vigorar o direito da parturiente a um acompanhante, indicado pela mesma, durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, nos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2005). Para fortalecer o zelo à parturiente, em 2011 foi lançada no Brasil uma estratégia do Ministério da Saúde chamada Programa Rede Cegonha, que visa implementar uma rede de cuidados à mulher e ao bebê, que inclui a assistência humanizada e qualificada no âmbito da atenção obstétrica e infantil e reitera o direito a um acompanhante de livre escolha da gestante durante o parto (BRASIL, 2011).

A Lei do Acompanhante existe desde 2005, mas, nos últimos cinco anos tem sido amplamente debatida, em virtude do alcance social das reivindicações de organizações da sociedade civil, tal como: a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) e a Parto do Princípio. Diante disso, percebe-se que há uma vasta produção atual no território nacional sobre essa temática

e o presente estudo objetivou averiguar as principais dificuldades enfrentadas pelas equipes de saúde com relação à implementação e cumprimento da referida lei.

O parto é um evento muito importante para a sociedade, pois inaugura toda a vida humana e possui valor inestimável para a parturiente, o seu bebê e sua família. Por isso, considera-se a importância deste tema para a Psicologia, sendo necessário refletir sobre o compromisso ético de todos os profissionais da saúde nesse contexto, com relação à promoção da saúde e ao favorecimento da autonomia das pessoas. Ao falar sobre Parto Humanizado deve-se discutir, portanto, sobre o direito da mulher de escolher como e onde ter o seu filho, ter autonomia em relação aos procedimentos a serem realizados em seu corpo e decidir sobre a sua saúde e a saúde do bebê. Conforme já mencionado, há a garantia do direito de a mulher possuir um acompanhante de sua preferência durante o trabalho de parto, parto e pós-parto, assegurada pela Lei do Acompanhante. Em contrapartida, estudos demonstram que a realidade brasileira tem sido cercada por discussões sobre violência obstétrica, falta de cuidado das equipes de saúde com a parturiente, o bebê e com a família, também como pela falta de orientações sobre o parto.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

Neste estudo propõe-se uma revisão sistemática de literatura, que é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados, a literatura sobre determinado tema. Essa investigação disponibiliza uma síntese das evidências relacionadas a um tema específico, em conjunto com a aplicação de métodos explícitos e sistematizadores de busca, apresentando crítica e síntese da informação escolhida (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para este estudo foi revisada a literatura publicada *online* entre janeiro de 2010 e dezembro de 2016, em artigos científicos disponíveis, completos e em língua portuguesa, através do periódico Biblioteca Virtual da Saúde (BVS) com acesso livre na base de dados Lilacs (com um total de 36 artigos, sendo 2 artigos de revisão de literatura, 1 de revisão integrativa e 34 estudos originais). Foram utilizados os descritores - aqui, em ordem decrescente de localização de artigos: Parto *and* Acompanhante; Lei do Acompanhante.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa averiguou que houve anos predominantes de publicações deste tema, considerando que no ano de 2015 foram encontradas 8 publicações referentes à temática. Já nos anos de 2013, 2014 e 2016 obtiveram 7 publicações em cada ano. Enquanto que, nos anos de 2010 e 2011 constaram 3 artigos publicados cada, e 2012 houve apenas 1 pesquisa publicada. Esses estudos estão expostos na tabela 1.

Tabela 1 - Artigos pesquisados.

AUTORES	ANO	TÍTULO	TIPO DE ESTUDO	PARTICIPANTES
Longo et al.	2010	Participação do acompanhante na humanização do parto e sua relação com a equipe de saúde.	Reflexão baseada na experiência dos pesquisadores e na literatura atualizada.	
Perdomini; Bonilha	2010	A participação do pai como acompanhante da mulher no processo de nascimento.	Estudo qualitativo.	Pais acompanhantes
Milbrath et al.	2010	Vivências maternas sobre a assistência recebida no processo de nasparturição.	Pesquisa descritiva- exploratória com abordagem qualitativa.	Parturientes
Busanello et al.	2011	Atenção humanizada ao Parto de adolescentes: análise das práticas desenvolvidas em um centro obstétrico	Pesquisa qualitativa	Trabalhadores de saúde efetivos
Santos e Pereira.	2011	Vivências de mulheres sobre a assistência recebida no processo parturitivo.	Estudo descritivo, exploratório e qualitativo.	Puérperas
Melo et al.	2011	Inserção do acompanhante no cuidado da adolescente em um centro obstétrico do sul do país.	Estudo qualitativo e descritivo	Acompanhantes
Santos et al.	2012	Percepção da equipe de saúde sobre a presença do acompanhante no processo parturitivo.	Estudo qualitativo, descritivo, exploratório.	Profissionais da saúde.
Jamas et al.	2013	Narrativas de mulheres sobre a assistência recebida em um centro de parto normal.	Análise indutiva e interpretativa	Puérperas
Pinheiro e Bittar.	2013	Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres.	Observação, entrevista livre e análise de discurso.	Gestantes e puérperas.
Alves et al.	2013	Apoio da parturiente por acompanhante de sua escolha em uma maternidade-escola.	Pesquisa exploratório-descritiva, abordagem qualitativa.	Acompanhantes.
Bruggemann et al.	2013	A inserção do acompanhante de parto nos serviços públicos de saúde de Santa Catarina, Brasil.	Pesquisa descritiva, quantitativa.	Diretores técnicos da Secretaria de Estado da Saúde de SC.
Fruoso e Bruggemann	2013	Conhecimento sobre a Lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no centro obstétrico.	Pesquisa exploratório-descritiva.	Acompanhantes.
Costa Júnior et al.	2013	Condições institucionais desfavoráveis à presença do acompanhante: visão dos enfermeiros.	Entrevistas semiestruturadas.	Enfermeiros.
Takemoto e Corso.	2013	Parto humanizado e a assistência de enfermagem: uma revisão da literatura.	Revisão da literatura.	
Diniz et al.	2014	Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil.	Pesquisa exploratória, entrevistas individuais.	Puérperas e seus recém-nascidos.
D' Orsi et al.	2014	Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar	Pesquisa exploratória Entrevistas.	Puérperas.

Oliveira et al.	2014	Tecnologias utilizadas por acompanhantes no trabalho de parto e parto: estudo descritivo.	Estudo descritivo, transversal e quantitativo.	Acompanhantes.
Dodou et al.	2014	A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: percepções de puérperas.	Estudo descritivo, qualitativo.	Puérperas.
Carvalho et al.	2014	Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente e acompanhante.	Investigação qualitativa e exploratória.	Adolescentes que tiveram parto normal em uma instituição.
Vargas et al.	2014	A assistência humanizada no trabalho de parto: percepção das adolescentes.	Pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa.	Adolescentes/ puérperas.
Silva et al.	2014	Atendimento prestado à parturiente em um hospital universitário.	Estudo descritivo, exploratório, qualitativa.	Puérperas.
Souza et al.	2015	A preocupação das mulheres primíparas em relação ao trabalho de parto e parto.	Pesquisa descritiva, exploratória, qualitativa.	Primíparas.
Oliveira et al.	2015	O uso do Escore Bologna na avaliação da assistência a partos normais em maternidades.	Pesquisa avaliativa, retrospectiva e quantitativa.	Gestantes.
Gonçalves et al.	2015	O acompanhante no centro obstétrico de um hospital universitário do sul do Brasil.	Estudo quantitativo e transversal.	Puérperas e seus recém-nascidos.
Bruggemann et al.	2015	No parto vaginal e na cesariana, acompanhante não entra: discursos de enfermeiras e diretores técnicos.	Pesquisa exploratório-descritiva, qualitativa.	Enfermeiros e diretores técnicos.
Francisco et al.	2015	Percepções dos pais sobre suas vivências como acompanhantes durante o parto e o nascimento.	Pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva.	Pais acompanhantes.
Carvalho et al.	2015	O companheiro como acompanhante no processo de parturição.	Revisão integrativa da literatura.	
Silva et al.	2015	Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal.	Pesquisa qualitativa, exploratória-descritiva.	Mulheres que tiveram seus partos em um Centro de Parto Normal (CPN) da cidade de Salvador - BA.
Santos et al.	2015	O acompanhante no trabalho de parto sob a perspectiva da puérpera.	Estudo qualitativo descritivo.	Puérperas internados em uma maternidade filantrópica.
Souza e Gualda	2016	A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade pública.	Estudo de abordagem qualitativa na história oral temática.	Gestantes e acompanhantes.
Almeida et al.	2016	Processo de assistência ao parto normal em uma maternidade pública do Estado do Piauí, 2015.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa.	Puérperas que tiveram parto normal.
Sousa et al.	2016	Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais.	Estudo transversal.	Puérperas.
Bruggemann et al.	2016	Possibilidades de inserção do acompanhante no parto nas instituições públicas.	Pesquisa qualitativa, exploratório-descritiva.	Enfermeiros e diretores técnicos.

Berquó e Lago	2016	Atenção em saúde reprodutiva no Brasil: eventuais diferenciais étnico-raciais	Pesquisa domiciliar por amostragem probabilística complexa.	Mulheres.
Martins; Mattos; Santos	2016	Autonomia da mulher no processo parturitivo.	Estudo descritivo e exploratório, abordagem qualitativa.	Gestantes.
Souza et al.	2016	Sentimentos vivenciados por parturientes em razão da inserção do acompanhante no processo parturitivo.	Estudo exploratório com abordagem qualitativa.	Puérperas de uma maternidade pública de Goiânia/GO, Brasil.

Quanto ao cumprimento da referida lei e das recomendações do Ministério da Saúde para o contexto de nascimento, a análise dos estudos coletados revelou que muitos desafios ainda precisam ser superados pelas instituições de saúde e pelos profissionais que nelas atuam. Dentre os estudos analisados, destaca-se o não-cumprimento da Lei do Acompanhante e atribui-se essa condição ao despreparo e desconhecimento dos acompanhantes sobre os seus direitos. Diante dessa condição, os profissionais de saúde também parecem contribuir para o afastamento da parturiente de sua família durante o parto, pois relatam que o desconhecimento dos acompanhantes sobre o processo do parto poderia vir a atrapalhar o trabalho de assistência para a mulher (OLIVEIRA et al., 2014).

Nessa mesma perspectiva, pesquisadores sugerem que, por não haver conhecimento e maiores informações dos acompanhantes, os profissionais de saúde passam a não estimular que o acompanhante participe do parto, não orientando e informando as pessoas sobre seus direitos, a fim de não atrapalhar sua prática, ou então, tomando decisões que se sobrepõem às decisões da parturiente e da família (ALVES et al., 2013; BRÜGGEMANN et al., 2015; CARVALHO et al., 2014; DODOU et al., 2014; FRUTUOSO; BRÜGGEMANN, 2013; MARTINS; MATTOS; SANTOS, 2016; SANTOS et al., 2012; MELO et al., 2011; PERDOMINI; BONILHA, 2010).

Além disso, ainda no que se refere aos argumentos encontrados para o descumprimento da lei, D'Orsi et al. (2014), Vargas et al. (2014) e Costa Júnior et al. (2013), evidenciaram uma condição preocupante, a de que, população com baixa escolaridade e renda é mais comumente privada dos benefícios da lei. Esses estudos demonstraram que a presença contínua de um acompanhante durante o parto, na maioria dos serviços oferecidos, é um privilégio para as pessoas que possuem maiores condições financeiras e que pagam pela assistência (DINIZ et al., 2014). Ainda se observou que está difundida entre os profissionais da saúde a ideia de que as pessoas com baixa escolaridade e renda não necessitam receber informações ou não as compreenderiam, portanto, não são esclarecidos sobre os procedimentos e seus direitos.

Outro fator que foi mencionado como razão pela qual a lei não é cumprida é o comportamento da parturiente, avaliado pelos profissionais da saúde como inadequado, que inclui a expressão de dor como gritos e a agitação da parturiente. Nesses casos, segundo Vargas et al. (2014), os profissionais decidem se o acompanhante poderá ou não a acompanhar, conforme a sua conveniência.

Dentre os estudos analisados, cinco revelaram que a falta de preparo dos profissionais da saúde para lidar com a humanização e assistência do parto, também favorece o descumprimento da lei (FRUTUOSO; BRÜGGEMANN, 2013; LONGO et al., 2010; MILBRATH et al., 2010; PINHEIRO; BITTAR, 2013; SANTOS; PEREIRA, 2011). Assim, é notório que os profissionais necessitam capacitar-se para adequar-se às recomendações de humanização e assistência, partindo do princípio que cada parturiente possui sua singularidade e, com isso, deve ser abordada de maneira específica e particular, que corresponda ao seu desejo.

Portanto, há resistência dos profissionais de saúde para oferecer o parto acompanhado, e eles, por sua vez, relatam que a estrutura das instituições é inadequada para que o acompanhante possa vivenciar junto com a parturiente, o momento do parto. Apontam como fragilidade, o pequeno espaço e ausência de poltronas ou cadeiras para acomodar as pessoas, falta de roupa para entrar no centro obstétrico, como exemplos da falta de estrutura e impedimento (ALMEIDA et al., 2016; COSTA JÚNIOR et al., 2013; SANTOS et al., 2012).

Há também estudos que trazem um panorama mais positivo com relação ao cumprimento da lei, ainda que a sua verificação não seja plena (ALVES et al., 2013; BERQUÓ; LAGO, 2016; BRÜGGEMANN et al., 2016; CARVALHO et al., 2015; FRANCISCO et al., 2015; GONÇALVES et al., 2015; JAMAS et al., 2013; MARTINS; MATTOS; SANTOS, 2016; SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015; SOUZA et al., 2015; SOUZA; GUALDA 2016; SOUZA et al., 2016; TAKEMOTO; CORSO, 2013; OLIVEIRA et al., 2015). Esses estudos, evidenciam em seus achados que as mulheres que possuem condições de ter um parto natural, conseguem ter um acompanhante em seu pré-parto e parto, considerando que também apontam que as parturientes que, por condições fisiológicas ou seu próprio desejo, passam por uma cesariana, acabam não sendo acompanhadas por um acompanhante de sua escolha.

É importante mencionar que, desconsiderar a participação do acompanhante durante o processo do nascimento significa transformar este evento fisiológico e afetivo-emocional em um procedimento puramente profissional, formal e tecnicista, deixando de lado momentos e aspectos importantes que compõem a maternidade, como os laços afetivos e os benefícios que poderão trazer para os indivíduos envolvidos. O entendimento e valorização das concepções do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento é dever das unidades de saúde e o seu cumprimento requer atitudes éticas e atualizadas por parte dos profissionais de saúde e da instituição de saúde, de modo a criar um ambiente acolhedor e a instituir rotinas hospitalares que rompam com o tradicional isolamento imposto à mulher.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este estudo nota-se que o não cumprimento da Lei do Acompanhante ainda é um obstáculo enfrentado pelas usuárias e pelos usuários dos serviços de saúde voltados para a atenção ao

nascimento e os estudos sinalizam o desconhecimento dos acompanhantes da parturiente sobre os seus direitos, como um dos fatores que argumentam para que a referida lei não seja atendida. Nessa mesma condição, os profissionais de saúde parecem favorecer para o afastamento da parturiente de sua família durante o parto, negligenciando o cumprimento desta lei, cuja intenção é melhorar a qualidade de assistência, apoio social, físico e psicológico à mulher.

A ampliação da divulgação sobre os benefícios do acompanhante no momento do parto também parece ser necessária para que os profissionais reconheçam o valor dessa pessoa não somente para a parturiente e seu bebê, como também para o trabalho de toda a equipe. Conforme proposto por alguns estudos analisados, é importante que a Lei do Acompanhante seja debatida desde o pré-natal, estimulando a reflexão sobre as atribuições do acompanhante para o parto, orientando sobre o processo de parturição e o apoio que o acompanhante produz, com benefícios a favor da mulher, do bebê, e dos laços afetivos que os envolvem.

Nota-se que há a necessidade dos profissionais de saúde em adequar-se às recomendações de humanização e assistência, indo ao encontro da concepção de que cada mulher/parturiente possui sua subjetividade e, com isso, é preciso abordá-la de modo particular e específico, correspondendo aos seus desejos na forma que irá parir seu filho. Para que os profissionais possam adequar-se, os estudos sugerem que seja investido na educação em saúde, a fim de que esse paradigma possa ser modificado através da qualificação profissional. Este tema torna-se importante para a Psicologia, considerando que todos os indivíduos devem receber uma assistência à saúde adequada, garantindo seus direitos e a integridade de sua saúde mental, através de apoio emocional, afetivo e respeito à parturiente e sua família.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, B. F. Processo de assistência ao parto normal em uma maternidade pública do Estado do Piauí, 2015. **Rev Enferm Atenção Saúde**, v. 5, n. 2, p. 45-56, 2016.

ALVES, M. et al. Apoio à parturiente por acompanhante de sua escolha em uma maternidade-escola. **Rev. pesqui. cuid. fundam**, v. 5, n. 3, p. 153-164, jul.-set. 2013.

BERQUÓ, E.; LAGO, T. Di G. do. Atenção em saúde reprodutiva no Brasil: eventuais diferenciais étnico-raciais. **Saúde soc.**, v. 25, n. 3, p. 550-560, 2016.

BRASIL. **Lei nº. 11.108, de 7 de abril de 2005**. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, 2005.



\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Manual prático para a implementação da Rede Cegonha**. Brasília: MS, 2011.

BRUGGEMANN, O. M. et al. A inserção do acompanhante de parto nos serviços públicos de saúde de Santa Catarina, Brasil. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 432-438, 2013.

\_\_\_\_\_. et al. No parto vaginal e na cesariana acompanhante não entra: discursos de enfermeiras e diretores técnicos. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 36, n. esp., p. 152-158, 2015.

\_\_\_\_\_. Possibilidades de inserção do acompanhante no parto nas instituições públicas. **Ciência saúde coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2555-2564, 2016.

BUSANELLO, Josefina et al. Atenção humanizada ao parto de adolescentes: análise das práticas desenvolvidas em um centro obstétrico. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 64, n. 5, p. 824-832, 2011.

CARVALHO, C. F. S. et al. O companheiro como acompanhante no processo de parturição. **Rev Rene**, Fortaleza, v. 16, n. 4, p. 613-621, 2015.

CARVALHO, V. F. de. et al. Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente e acompanhante. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 572-581, 2014.

COSTA JÚNIOR, P. B. da et al. Condições institucionais desfavoráveis à presença do acompanhante: a visão dos enfermeiros. **Rev. pesquis. cuid. fundam.**, v. 5, n. 4, p. 671-680, 2013.

COSTA, R. et al. Políticas públicas de saúde ao recém-nascido no Brasil: uma reflexão para a assistência neonatal. **Hist. enferm., Rev. eletrônica**, v. 1, n. 1, p. 55-68, 2010.

DINIZ, C. S. G. et al. Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30 (Suppl. 1), p. S140-S153, 2014.

DODOU, H. D. et al. A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: percepções de puérperas. **Escola Anna Nery**, v. 18, n. 2, p. 262-269, 2014.

D'ORSI, E. et al. Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, p. S154-S168, 2014.

FRANCISCO, B. de S. et al. Percepções dos pais sobre suas vivências como acompanhantes durante o parto e nascimento. **Reme: Rev. Min. Enferm.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 567-575, set. 2015.

FRUTUOSO, L. D.; BRÜGGEMANN, O. M. Conhecimento sobre a Lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no centro obstétrico. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 22, n. 4, p. 909-917, dec. 2013.

GONÇALVES, A. de C. et al. O acompanhante no centro obstétrico de um hospital universitário do sul do Brasil. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 36, n. especial, 2015.

JAMAS, M. T. et al. Narrativas de mulheres sobre a assistência recebida em um centro de parto normal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 12, p. 2436-2446, dec. 2013.

LONGO, C. S. M. et al. Participação do acompanhante na humanização do parto e sua relação com a equipe de saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 386-391, 2010.

MARTINS, C. A.; MATTOS, D. V. de; SANTOS, H. F. L. Autonomia da mulher no processo parturitivo. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 10, n. 1, p. 4509-4516, 2016.

MELO, J. S. de et al. Inserção do acompanhante no cuidado da adolescente em um centro obstétrico do sul do país. **Ciênc. cuid. saúde**, v. 10, n. 4, p. 781-788, out.-dez. 2011.

MILBRATH, V. M. et al. Vivências maternas sobre a assistência recebida no processo de parturição. **Escola Anna Nery**, v. 14, n. 3, p. 462-467, 2010.

OLIVEIRA, A. S. de. et al. Tecnologias utilizadas por acompanhantes no trabalho de parto e parto: estudo descritivo. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 13, n. 1, p. 36-45, 2014.

OLIVEIRA, F. A. M. et al. O uso do Escore de Bologna na avaliação da assistência a partos normais em maternidades. **Rev Gaúcha Enferm**, Porto Alegre, v. 36, n. especial, 2015.

PERDOMINI, F. R. I.; BONILHA, A. L. de L. A participação do pai como acompanhante da mulher no parto. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 20, n. 3, p. 445-452, 2010.

PINHEIRO, B. C.; BITTAR, C. M. L. Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, n. 3, p. 585-602, 2013.

RATTNER, D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: ponderações sobre políticas públicas. **Interface (Botucatu), Botucatu**, v. 13, supl. 1, p. 759-768, 2009.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SANTOS NETO, E. T. dos et al. Políticas de saúde materna no Brasil: os nexos com indicadores de saúde materno-infantil. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 107-119, 2008.

SANTOS, L. M. dos. et al. Percepção da equipe de saúde sobre a presença do acompanhante no processo parturitivo. **Rev. Rene**, v. 13, n. 5, p. 994-1003, 2012.

SANTOS, L. M.; PEREIRA, S. S. da C. Vivências de mulheres sobre a assistência recebida no processo parturitivo. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 77-97, 2011.

SANTOS, A. L. S. et al. O acompanhante no trabalho de parto sob a perspectiva da puérpera. **Revista Enfermagem UFSM**, v. 5, n. 3, p. 531-540, 2015.

SILVA, F. F. A. da. et al. Atendimento prestado a parturiente em um hospital universitário. **Rev. pesqui. cuid. fundam.** (Online), v. 6, n. 1, p. 282-292, 2014.

SILVA, A. L. S. et al. Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal. **Esc Anna Nery**, v. 19, n. 3, p. 424-431, 2015.

SOUZA, M. G. de. et al. A preocupação das mulheres primíparas em relação ao trabalho de parto e parto. **J. Rev. pesqui. cuid. fundam.**, v. 7, n. 1, p. 1987-2000, 2015.

SOUZA, S. R. R. K.; GUALDA, D. M. R. A experiência da mulher e de seu acompanhante no parto em uma maternidade pública. **Texto contexto - enferm. [online]**, v. 25, n. 1, e 4080014, 2016.

SOUZA, T. A. et al. Sentimentos vivenciados por parturientes em razão da inserção do acompanhante no processo parturitivo. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 10, n. 6, p. 4735-4740, 2016.

SOUSA, A. M. M. et al. Práticas na assistência ao parto em maternidades com inserção de enfermeiras obstétricas, em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Esc Anna Nery**, v. 20, n. 2, p. 324-331, 2016.

TAKEMOTO, A. Y.; CORSO, M. R. Parto humanizado e a assistência de enfermagem: uma revisão da literatura. **Arq. Ciênc. Saúde UNIPAR**, Umuarama, v. 17, n. 2, p. 117-127, 2013.

VARGAS, P. B. et al. A assistência humanizada no trabalho de parto: percepção das adolescentes. **Rev.pesqui. cuid. fundam. (Online)**, v. 6, n. 3, p. 1021-1035, 2014.

VENDRÚSCOLO, C. T.; KRUEL, C. S. A história do parto: do domicílio ao hospital; das parteiras ao médico; de sujeito a objeto. **Disciplinarum Scientia, Série: Ciências Humanas**, Santa Maria, v. 16, n. 1, p. 95-107, 2015.